

Formação de treinador de judô para o trabalho junto de pessoas com deficiência visual

Judo coaches preparation for working with persons with visual impairment

Formación de entrenadores de Judo para el trabajo con personas con discapacidad visual

Gabriela Simone Harnisch¹, Jalusa Andreia Storch Diaz², Douglas Roberto Borella³, José Júlio Gavião de Almeida⁴

¹ Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestre em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Doutora em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do curso de Educação Física na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

² Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Doutora em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do curso de Educação Física na Universidade Federal de Catalão.

³ Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Doutor em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Professor do curso de Educação Física na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

⁴ Graduado em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Faculdade de Educação Física na Universidade Estadual de Campinas.

Correspondência para: gabriela.harnisch@unioeste.br

cultural – estrutura hierárquica, utilização da língua originária e padrões tradicionais de saudação (DRIGO et al., 2011).

O referido esporte também está presente nas paralímpiadas, desde 1988 no masculino, e de 2004, no feminino. Na competição de caráter paralímpico podem participar pessoas com deficiência visual (DV), que após o procedimento de classificação oftalmológica, alcançam status de elegibilidade, seguindo as normas específicas da modalidade (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO - CPB, 2019; CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS - CBDV, 2019).

Por ser uma modalidade presente em jogos olímpicos e paralímpicos e amplamente massificada no Brasil, a formação de treinadores de judô vêm sendo uma temática recorrente nos estudos de diversos pesquisadores (CARVALHO; DRIGO, 2007; DRIGO et al., 2011; GOMES et al., 2013; MOLARI; TOLEDO, 2013; CAVAZANI et al., 2013; OLIVIO JUNIOR; DRIGO, 2015).

Ao compreender a modalidade, entende-se que o processo de formação de treinadores, sendo em âmbito olímpico e paralímpico, acontece de modo semelhante. Ou seja, ao longo do processo de ensino e aprendizagem do judô os treinadores replicam os ensinamentos de seus mestres, normalmente sem questionar ou modificar. Assim, os métodos de ensino tornam-se artesanais, de modo que os treinadores se utilizam estratégias parecidas com o que lhes foi ensinado. Porém, vale enfatizar que tal método possui grande aceitação social perante os praticantes e treinadores da modalidade (GOMES et al., 2013; OLIVIO JUNIOR; DRIGO, 2015).

Olivio Junior e Drigo (2015) identificaram que, apesar do modelo artesanal ainda persistir, transformações na sociedade de forma geral aconteceram exigindo mudanças no espaço do judô. Tais mudanças podem ser elencadas por meio dos aspectos biológico, comportamental, tecnológico e legislativo. Diante deste contexto, “há a necessidade de repensar o valor da aprendizagem do judô e caminhar, em direção à mudança estrutural da sociedade moderna, em que, o saber fazer aos poucos são substituídos pelo saber científico e tecnológico” (p. 36).

Sendo assim, para ser um treinador de judô é necessário o conhecimento além da prática como atletas-praticantes e uma formação mais específica, como a graduação em Educação Física. Para que o judô seja ensinado com maior riqueza de conhecimentos científicos, a graduação proporcionará conhecimentos acerca de aspectos fisiológicos e

biomecânicos que poderão ser ensinados por meio de bases didático-pedagógicas (FRANCHINI, 2008; MOLARI; TOLEDO, 2013; GOMES et al., 2013).

No mesmo íterim, Teodoro (2006), visando identificar as dificuldades vivenciadas por atletas paralímpicos, enfatizou que uma delas é o despreparo de profissionais de Educação Física para desenvolver ações docentes no esporte paralímpico. Mesmo com todos os avanços na formação de treinadores e o crescimento vivido pelo Esporte Paralímpico, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos atletas é a carência de profissionais qualificados para trabalhar junto à pessoa com deficiência (TEODORO, 2006; CARDOSO, 2011).

A partir de tais afirmações, elucidam-se várias lacunas no que tange a formação do treinador de judô. Neste sentido, surge a pergunta norteadora do presente estudo: Como se dá a formação dos treinadores de judô para atuar junto de pessoas com deficiência visual? Tais treinadores se sentem preparados para trabalhar com este público?

Concomitante aos questionamentos apresentados, o objetivo geral do presente estudo foi de verificar a formação de treinadores de judô para a atuação junto de pessoas com deficiência visual, bem como, se estes se sentem ou não preparados para ministrar aulas de tal modalidade de cunho paralímpico.

MÉTODO

A pesquisa se caracterizou como descritiva com caráter qualitativo. A pesquisa descritiva é “um tipo de pesquisa que tenta descrever o status do foco do estudo. Técnicas comuns são questionários, entrevistas, surveys normativos, estudos de caso, análise de emprego, pesquisa observacional, estudos desenvolvimentais e estudos correlacionais” (THOMAS; NELSON, SILVERMAN, 2012, p. 39)

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário composto por perguntas abertas e fechadas que foi elaborado, testado e aplicado pelos pesquisadores. O questionário foi elaborado pautado nos objetivos do estudo, que foram de verificar a formação dos treinadores para atuar junto dos alunos com DV, bem como, as experiências já adquiridas com a referida população e se os treinadores se sentem preparados para tal. Já o processo de testagem se deu a partir da aplicação do questionário para treinadores de judô que não participaram do estudo. Este procedimento aconteceu até os participantes e pesquisadores concordarem de que o instrumento estava adequado para a coleta dos dados.

Participaram da pesquisa, 85 treinadores presentes no curso de credenciamento de treinadores, promovido pela Federação Paranaense de Judô. Vale enfatizar que a participação neste curso é obrigatória para os treinadores que pretendem atuar neste função em eventos oficiais ao longo do referido ano. Dentre os participantes do curso, foram incluídos os que na data possuíam mais de 18 anos de idade, além de, ser obrigatoriamente treinador da modalidade. Justifica-se que muitos dos participantes estavam lá para buscar mais conhecimentos acerca da modalidade e não necessariamente, por serem treinadores de judô que buscam aprender para aplicar os conhecimentos junto de seus alunos. Ainda neste mesmo momento, todos os participantes foram abordados individualmente para a explanação dos objetivos e procedimentos para coleta de dados e, na sequência, convidados a participar de modo voluntário do estudo. Para a apresentação dos resultados, os professores foram identificados com a letra P (participantes), sendo enumerados de 1 a 85.

Diante disso, a amostra fez-se de 85 treinadores ligados a Federação Paranaense de Judô na data da realização do curso de credenciamento técnico, oriundos de todas as regiões do estado, das cidades de Arapongas, Cambé, Cascavel, Colombo, Cornélio Procópio, Curitiba, Guarapuava, Ibiporã, Laranjeiras do Sul, Londrina, Marechal Cândido Rondon, Maringá, Mercedes, Paranaíba, Pato Bragado, Ponta Grossa, Porto União, São José dos Pinhais, Toledo e União da Vitória.

Com os dados coletados, a análise seguiu os parâmetros sugeridos por Bardin (2011) para a análise de conteúdo. Para tanto, a técnica escolhida foi a análise categorial. Tal forma de análise “funciona por operações de desmembramento do texto, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples (BARDIN, 2011, p. 201)

Quanto a abordagem utilizada, pautou-se na forma qualitativa, conforme já explicitado previamente. O modelo qualitativo enfatiza o método interpretativo em oposição à chamada descrição rica e densa, ainda, aborda um relato longo e detalhado dos resultados encontrados, recorrendo a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir interferências (BARDIN, 2011; (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Por fim, os dados referentes as respostas de cada uma das questões foram apresentadas por meio de categorias, fundando-se com frequência absoluta (f), que é a quantidade de aparições de determinada resposta e a frequência relativa (fr) que é a frequência dada em porcentagem (BARDIN, 2011). Também, apresentou-se alguns discursos relevantes que se destacaram na coleta dos dados, afim de

elucidar e melhor compreender a opinião dos treinadores que compuseram a amostra do presente estudo.

Vale destacar que a liberdade de participar ou não da pesquisa foi assegurada aos participantes, que poderia retirar o seu consentimento em qualquer etapa do estudo, sem nenhum tipo de dano ou prejuízo, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Ainda, foram seguidas todas as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos e suas complementares (Resolução 196/196 do Conselho Nacional de Saúde), sendo aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa, no dia 06/07/2015, com o parecer 1.162.684 e CAAE: 44687115.2.0000.5404.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 85 treinadores de judô, sendo 17 ($f_r=20\%$) do sexo feminino e 68 ($f_r=80\%$) do sexo masculino. Quanto a idade a média ficou em 34 anos, sendo a idade máxima 72 anos e a mínima 18 anos. O tempo como praticante de judô teve como média 22 anos, sendo o máximo 55 anos e o mínimo 4 anos.

Dentre estes, 53 ($f=62,35\%$) relataram ter concluído a graduação em Educação Física ou estar cursando, 17 possuíam apenas o ensino médio e 13 descreveram ter a formação em outros cursos de graduação (história, direito, fisioterapia, gastronomia, teologia, psicologia, gestão esportiva e matemática). Outros dois têm graduação em Educação Física e mais outro curso.

Sobre isso, Carvalho e Drigo (2007) corroboram relatando que o conhecimento adquirido com a formação acadêmica permite que seja desenvolvida um trabalho de melhor qualidade no Judô. Os formados em Educação Física que não tem graduação elevada no Judô têm competência para trabalhar com iniciação da modalidade, preparação física e psicológica competidores e com avaliação desses judocas em termos cineantropométricos, fisiológicos, biomecânicos e de aprendizagem e de desenvolvimento motor.

Porém, os autores admitem que a maioria dos cursos de graduação em Educação Física falha na formação de profissionais que visem trabalhar com preparação técnica e tática de modalidades específicas. Justifica-se evidenciando que seria necessária uma carga horária de aulas bem maior que lhe provessem um conhecimento específico suficiente para tal durante todo o curso de graduação em Educação Física, pois o treinador de Judô deve estar preparado para atender todas as demandas e necessidades de sua clientela (CARVALHO; DRIGO, 2007). Neste íterim, destaca-se a justificativa apresentada pelos participantes P7 e P37 do presente estudo que revelaram não se sentir preparado para atuar junto de pessoas com DV de modo que “Nunca tive formação nesta área” (P7) e “Pela falta de vivência, precisaria estudar mais e procurar material didático e científico para um aprendizado” (P37).

Quanto a graduação na modalidade de judô, esta se dá a partir do constructo apresentado pela Federação Internacional de Judô e este segue a mesma regulamentação em todo o mundo. Para tanto, todos os judocas iniciam a prática na faixa branca. Após isso, graduam-se faixa cinza, azul, amarela, laranja, verde, roxa, marrom e, por fim, preta. Após a

faixa preta, as graduações seguem organizadas por dan (1° ao 10°). Neste sentido, a respeito da graduação de judô dos participantes da pesquisa, apresenta-se o quadro 01:

Quadro 1 - Graduação dos participantes no judô

Graduação	Frequência (f)	Frequência Relativa (fr)
Preta – 7° dan	1	1,18%
Preta – 6° dan	1	1,18%
Preta – 5° dan	3	3,52%
Preta – 4° dan	7	8,23%
Preta – 3° dan	17	20,00%
Preta – 2° dan	7	8,23%
Preta – 1° dan	32	37,66%
Marrom – 1° kyu	15	17,64%
Roxa – 2° kyu	1	1,18%
Verde – 3° kyu	1	1,18%
Total	85	100,00%

Fonte: dados dos pesquisadores.

Ao somar a quantidade de treinadores graduados com a faixa marrom, graduação mínima estabelecida para poder atuar enquanto treinador de judô, percebe-se que apenas dois não estão de acordo com as normas estabelecidas pela Federação de judô em questão, a qual prevê que os professores de judô precisam ter a graduação mínima marrom. Enfatiza-se que, dentre todos, apenas 29 podem ser responsáveis por uma entidade de judô, de modo que os que são faixas marrom, preta 1° e 2° dan podem ministrar aulas sob a supervisão de um treinador faixa preta 3° dan ou acima.

Sobre isso, Franchini (2008, p. 117) descreve alguns fatores que devem ser levados em consideração na escolha do *sensei*: “recomenda-se que o treinador seja formado em Educação Física, possua graduação no judô (preferencialmente acima de 3° dan) e tenha experiência no ensino da atividade”.

Assim, considera-se que o ideal é que o treinador de judô apresente ambas as formações: ser faixa preta de judô, com preferência para aqueles que são 3° dan ou acima e ser graduado em Educação Física. Porém, ao consultar o programa de exame de faixas pretas da entidade em que a pesquisa foi realizada, percebe-se que o mesmo se resume em “saber fazer” (FEDERAÇÃO PARANAENSE DE JUDÔ – F.PR.JUDÔ, 2011). Ou seja, não evidenciam preocupações quanto ao saber ensinar, lidar com a diversidade. O regulamento prevê que, para ter o direito de usufruir da faixa preta (1° dan), o candidato deve ser aprovado em uma avaliação teórica e prática os principais itens que compõem a modalidade. Ao verificar o programa para promoção de faixa preta (3° dan), o que seria ideal, averigua-se que

a estrutura das avaliações permanece a mesma, acrescentando apenas outros saberes necessários (FEDERAÇÃO PARANAENSE DE JUDÔ - FPRJ, 2011).

Percebe-se assim as defasagens nas exigências para a promoção de faixas e graus da F.Pr.Judô., que elabora suas diretrizes pautando-se em requisitos impostos pelo órgão máximo da modalidade em território brasileiro – a Confederação Brasileira de Judô. Verifica-se, por meio dos documentos disponíveis, que não há preocupação quanto a formação do treinador de judô. Então, se quem pode ministrar aulas de judô é o faixa preta, permeiam dúvidas no tocante a sua formação, de modo que os exames de promoção de graduação não visam evidenciar se o praticante está preparado para ser treinador e difundir os conhecimentos inerentes a modalidade. Neste sentido, fica explícita a falta de preocupação por parte da CBJ e Federações estaduais em formar profissionais qualificados para atender crianças, adultos, idosos, sejam estes com ou sem deficiência, tanto no processo de iniciação esportiva quando no aperfeiçoamento e treinamento.

A formação de treinadores de judô é responsável por preparar treinadores para ensinar não somente técnicas e fundamentos da modalidade, mas de adequar métodos de ensino para todas as pessoas. Neste sentido, Olivio Junior e Drigo (2015) evidenciaram que o modelo de formação de treinadores de judô no ano de realização do estudo (2015) ainda era artesanal, ou seja, o treinador é o ex-praticante da modalidade. Sobre isso, os autores complementam que

A educação artesanal no judô se dá ao longo dos anos de participação em um *dojo*, orientado por um *sensei* e progressivamente ao acumular conhecimentos dos golpes e técnicas o aluno se tornaria um instrutor, treinador ou mestre na modalidade. Esta lógica de formação possui grande aceitação social perante os praticantes, o público e a sociedade brasileira em geral (OLIVIO JUNIOR; DRIGO, 2015, p. 29)

Portanto, que no Brasil, em relação à estrutura acadêmica da Educação Física, ainda há uma lacuna de legitimidade e interpretação das necessidades da prática no que diz respeito à formação da competência do treinador de judô, não havendo comunicação entre as federações e as Instituições de Ensino Superior (IES). Desta forma, a perspectiva de trabalho com judô fica, por ora, restrita apenas à prática do artesão, à experiência e ao bom senso (DRIGO et al., 2011).

Uma pesquisa realizada por Gomes et al. (2013) objetivou verificar a influência do curso de Educação Física em treinadores que lecionam Judô para iniciantes. Para tanto, participaram 12 treinadores de judô, todos faixas pretas na modalidade, sendo que dentre estes sete eram formados em Educação Física e cinco não. Os resultados evidenciaram que a

elaboração das aulas de judô se dá predominantemente a partir do conhecimento adquirido na vivência da modalidade do treinador e a graduação em Educação Física pouco influenciou nas estratégias utilizadas.

Quanto ao tempo de experiência enquanto treinador de judô, apresenta-se o quadro 2:

Quadro 2 - Tempo de experiência enquanto treinadores de judô

Resposta	Frequência (f)	Frequência Relativa (fr)
Até 5 anos	28	32,94%
De 6 a 10 anos	23	27,06%
De 11 e 20 anos	22	25,88%
De 21 a 30	9	10,59%
Mais de 31 anos	3	3,53%
Total	85	100,00%

Fonte: dados dos pesquisadores.

Por meio do quadro2 é possível evidenciar que a maior parcela (67,06%) dos treinadores possuem mais de seis anos de experiência enquanto treinador de judô. Logo, compreende-se que ao se referir à experiência como uma das formas de adquirir e aprimorar o conhecimento, os treinadores paranaenses apresentam premissas satisfatórias. Posteriormente, os treinadores foram questionados acerca de se sentir preparado para ministrar aulas de judô para pessoas com DV. Para tanto, revela-se o quadro 03:

Quadro 3 - Percepção sobre o preparo para atuar junto de alunos com DV

Resposta	Frequência (f)	Frequência Relativa (fr)
Sim	29	34,11%
Não	17	20,00%
Talvez	39	45,89%
Total	85	100,00%

Fonte: dados dos pesquisadores.

Quanto aos dados apresentados, ao somar os participantes que afirmaram que “*não*” ou “*talvez*” tem-se 56 treinadores, dentre os 85 participantes na pesquisa. Ou seja, 65,88 % da amostra da presente pesquisa não se sente preparado para ministrar aulas de judô para alunos com DV.

Dentre os 17 treinadores que afirmaram não se sentir preparado, sete não possuem ensino superior em Educação Física. Ainda, dois treinadores não justificaram suas respostas. Dentre as justificativas elencadas, destaca-se a necessidade de conhecimentos específicos sobre a DV, de modo que nunca receberam e/ou participaram de atividades sobre a DV e o judô paralímpico durante a formação inicial e continuada, tanto no que tange a graduação em

Educação Física, quanto a formação de faixa preta de judô. Dois treinadores relataram ainda a carência de pesquisas, cursos, livros e boletins informativos enfatizando ser um assunto a ser explorado pela comunidade acadêmica, necessitando estrutura e suporte para os treinadores.

Acerca dos participantes que relataram talvez ($f=39$) sentir-se preparado para a atuação junto de alunos com deficiência visual em aulas de judô, as justificativas elucidadas por 19 participantes revelaram que existe a necessidade de estudar e se aperfeiçoar. Outros justificaram a falta de experiência prática com alunos com DV, tendo apenas o conhecimento teórico adquirido durante a graduação, revelando assim as lacunas ainda existentes na formação iniciais de treinadores de Educação Física. Por fim, houve ainda o relato de que a falta de oportunidades não permitiu que os conhecimentos existentes fossem colocados em prática.

Referente aos treinadores que afirmaram se sentir preparado ($f=29$), 8 não justificaram suas respostas. Os demais relataram que já tiveram a experiência durante as atividades docentes no judô, bem como, as experiências durante a graduação; que houve a busca de conhecimentos e isso proporcionou mais conhecimentos, de modo que poucas adaptações são necessárias.

Assim, compreende-se que apesar da maioria ($f=62,35\%$) dos participantes estar cursando ou já ter concluído o curso de graduação em Educação Física; somente dois treinadores não possuem a graduação mínima de faixa marrom no judô, apenas 34,11% dos participantes se sente preparado para ministrar aulas de judô para pessoas com DV.

Dentre estes, destacam-se os treinadores P7 e P37, que apesar do relato de terem concluído o curso de graduação em Educação Física, não se sentem preparados. Ou seja, existem problemas em alguns cursos de formação de treinadores de Educação Física para a atuação com alunos com DV. Concomitante a isto, aqueles ($p=29$) que afirmaram que se sentem preparados relataram o contrário, ou seja, que tal sentimento se revela a partir da formação que possuem, conforme explica o treinador P68 “Na graduação aprendi muito sobre a deficiência visual o embasamento foi muito grande, além de ter feito estágio em uma instituição”.

Os participantes, quando questionados sobre as experiências já obtidas com o judô paralímpico, revelaram que “foi feito um projeto de estágio na Faculdade p/ deficientes visuais na APADEVI, foi excelente”(P8), já P47 relatou que “durante a graduação fiz estágio no Instituto Paranaense de Cegos. No ano de 2014, ministrei aulas no Projeto do Instituto”.

Ou seja, as experiências e o conhecimento adquirido foram proporcionados pela disciplina voltada ao aluno com deficiência durante a graduação em Educação Física.

Assim, os componentes ligados à pessoa com deficiência devem ser pensados de forma a garantir uma sólida base de atuação do futuro profissional de Educação Física. Uma proposta para tal seria ao invés de ter acesso a uma disciplina no currículo, o conteúdo deveria estar presente e ser discutido em todas as disciplinas (Silva, 2015).

Para justificar, Teodoro (2006) identificou as dificuldades vivenciadas por atletas paralímpicos, inclusive da modalidade de judô, enfatizando que a principal é o despreparo de profissionais de Educação Física para desenvolver ações docentes no esporte paralímpico. Mesmo com todos os avanços na formação de treinadores e o crescimento do Esporte Paralímpico, um dos maiores problemas enfrentados pelos atletas é a carência de profissionais qualificados para trabalhar junto à pessoa com deficiência (TEODORO, 2006; CARDOSO, 2011).

Por fim, percebe-se que os resultados encontrados na presente pesquisa vão de encontro ao já existente na literatura. Ou seja, as adversidades elencadas nas pesquisas desenvolvidas por Olivio Junior e Drigo (2015) e Gomes et al. (2013) no que concerne a formação de treinadores de judô reflete nos resultados evidenciados neste estudo, de modo que os treinadores relataram não estarem preparados para atuação no judô junto de pessoas com DV, apesar das poucas adaptações necessárias para tal, conforme confirmado por alguns participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos objetivos propostos para o presente estudo que foram de constatar se os treinadores de judô convencional se sentem preparados para ministrar aulas de tal modalidade para pessoas com Deficiência Visual, percebeu-se que a maioria (65,89%) dos participantes não se sente preparado para tal. Atrelado a isso, evidenciou-se que 53 treinadores, dentre os 85 participantes está cursando ou já concluiu a graduação em Educação Física, sendo que dentre estes somente 25 também têm a graduação de faixa preta 3º dan no judô.

Os participantes justificaram que não têm experiência prática junto de pessoas com DV, apenas o conhecimento teórico ainda não efetivado em virtude da falta de oportunidades. Já aqueles que relataram sentir-se preparados (29 treinadores), justificaram a mesma coisa, ou seja, que tal sentimento se dá em virtude da boa formação que receberam na graduação em Educação Física.

Ou seja, já que literatura revela que o ideal é que os treinadores tenham ambas as formações (Graduação em Educação Física e faixa preta 3º dan de judô), a maior parte dos participantes do presente estudo não está adequada no que tange o aspecto relacionado a formação. Sendo assim, a primeira adversidade para que o judô paralímpico se desenvolva com mais expressividade se revela na formação de treinadores.

Almeja-se que os órgãos regulamentadores de judô se atentem aos alarmantes dados revelados acerca da formação de faixas pretas de judô, que resume-se ao saber demonstrar fundamentos da modalidade. Se os faixas pretas são os treinadores aptos, estes devem deter conhecimentos que vão além do saber fazer, como o saber ensinar e o saber ser, inclusive com pessoas que apresentem a Deficiência Visual dentre as suas características. Sugere-se assim que conteúdos referentes ao judô paralímpico se façam presentes nos regulamentos para exame e outorga de faixas. Destaca-se a importância de requerer o conhecimento das principais adaptações as regras e de métodos de ensino que contemplem a quem não tem a possibilidade de enxergar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2011.

CARDOSO, V.D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. Rev. bras. ciênc. esporte., 2011; 31 (2): 529-39.

CARVALHO, M.C.G.A.; DRIGO, A.J. O judô dentro do contexto da regulamentação da Educação Física. EFDeportes - Revista Digital, 2007. 11 (106): 1-10.

CAVAZANI, R.N.; CESANA, J.; SILVA, L.H.; CRESSONI, F.E.C.; TAVARES JUNIOR, A.C.; ARANHA, A.C.M. O professor de judô: um estudo comparativo após 10 anos da regulamentação da Educação Física. Rev. bras. ciênc. mov., 2013; 21 (3): p. 105-17.

CERQUEIRA, D.; GOMES, M.S.P.; ALMEIDA, J.J.G. Judô. In: WINCKLER, C. Esporte Paralímpico. São Paulo: Atheneu, 2012. p.161-8.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO [homepage na internet]. Esportes: Judô. [acesso em 18 jan 2019]. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/Esportes>. Acesso em 26 jan. 2019.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO [homepage na internet]. Modalidades: Judô. [acesso em 20 fev 2019]. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/modalidades/judo/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS [homepage na internet]. Jogos Paralímpicos Rio 2016. [Acesso em 15 jan. 2019]. Disponível em: <http://cbdv.org.br/evento/jogos-paralimpicos-rio-2016-1>.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ [homepage na internet]. Judô. [acesso em 15 fev 2019]. Disponível em: <http://www.cbj.com.br>.

CONFED. Resolução nº 046/2020 de 18 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre a intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. 18 fev 2020.

DRIGO, A.J.; SOUZA NETO, S.; CESANA, J.; GOMES TOJAL, J. B. A. Artes marciais, formação profissional e escolas de ofício: Análise documental do judô brasileiro. *Motricidade*, 2011; 7 (4): 49-62.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE JUDÔ. Regulamento para exame e outorga de faixas e graus. Disponível em <https://www.fprjudo.com.br/documentos>. Acesso em 10 set 2023.

FRANCHINI, E. Judô. 1. ed. São Paulo: Odysseus Editora; 2008.

GOMES, M.S.P. Procedimentos pedagógicos para o ensino das lutas: contextos e possibilidades. Campinas. Dissertação [Mestrado em Educação Física] - Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2008.

GOMES, F.R.F.; COUTINHO, F.C.M.; SUZUKI, F.S.; MASSA, M. Influência da formação em Educação Física em professores de judô. *Science in Health*, 2013; 4 (1): 26-44.

GOMES, M.S.P.; MORATO, M.P.; DUARTE, E.; ALMEIDA, J.J.G. Ensino das Lutas: dos princípios condicionais aos grupos situacionais. *Movimento (Porto Alegre)*, 2010; 16 (2): p. 207-27.

GOMES, M.S.P.; MORATO, M.P.; ALMEIDA, J.J.G. Judô paraolímpico: comparações e reflexões sobre as realidades de diferentes seleções femininas. *Conexões*, 2011; 9 (2): p. 85-109.

HARNISCH, G.S.; STORCH, J.A.; BREDARIOL, B.; ALMEIDA, J.J.G.; BORELLA, D.R.; FRANK, R. Práticas pedagógicas utilizadas por professores de judô no ensino de crianças com deficiência visual. *ConScientiae Saúde*, 2014; 13 (1): p.52-5.

MANOEL, E.J. Formação de professores: a necessidade da experiência, a experiência da complementaridade. In: Gimenez M, Souza MT. *Ensaio sobre contextos da formação profissional em Educação Física*. Várzea Paulista: Fontoura; 2011. p. 99-126.

MESQUITA, C. Judô – da reflexão à competição: o caminho suave. 1. Ed. Rio de Janeiro: Interciência; 2004.

MIARKA, B.; INTERDONATO, G.C.; GREGUOL, M.; FRANCHINI, E. Paraolimpismo, judô adaptado e suas precondições de Convivência. *Hórus*, 2011; 5 (1): p. 251-61.

MOLARI, M.; TOLEDO, Z. Formação Profissional em lutas. In: GAIO, R., SEABRA JUNIOR, L., DESLADO, L.A. *Formação profissional em Educação Física*. Várzea Paulista: Fontoura; 2013. p.263-75.

OLIVIO JUNIOR, J.Á.; DRIGO, A.J. Pedagogia Complexa do Judô: um manual para professores de equipes de base. 1. ed. Leme: Mundo Jurídico; 2015.

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L. Educação Física e inclusão: desafios para a formação de professores. In: GAIO, R.; SEABRA JUNIOR, L.; DESLADO, L.A. Formação profissional em Educação Física. Várzea Paulista: Fontoura; 2013.p.75-96.

SILVA, J.C.; BRANDÃO, M.R.F.; BRAGANÇA, J.R.; MAGNANI, A.I.G.P.; POLITO, L.F.; ZANETTI, M. Implicações psicológicas das lesões em atletas de judô paralímpico com deficiência visual. *Psicol. estud.*, 2015; 20 (3): p. 399-409.

SILVA, O.O.N. Formação Profissional em Educação Física no Brasil – história, conflitos e possibilidades. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial; 2015.

TAVARES JUNIOR, A.C.; DRIGO, A.J. Percepção sobre a importância da formação profissional por professores de judô de elite. *Caderno de Educação Física e Esporte*, 2018; 16 (1): p. 13-20.

TAVARES JUNIOR, A.C.; SILVA, L.H.; DRIGO, A.J. Judô: da origem à esportivização e sua atual relevância para o cenário esportivo brasileiro. *Hominum*, 2014; 3 (16): p 7-22.

TEODORO, C.M. Esporte adaptado de alto rendimento praticado por pessoas com deficiência: relatos de atletas paraolímpicos. São Paulo. Dissertação [Mestrado em Psicologia] - Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.

THOMAS, J.R.; NELSON, J.K.; SILVERMAN, S.J. Métodos de pesquisa em atividade física. 6. ed. Porto Alegre: Artmed; 2012.